

CCJ da Câmara Municipal de SP analisa projetos e dá andamento

Colegiado da Câmara avaliou 27 itens e liberou matérias para votação no plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ) da Câmara Municipal de São Paulo realizou, na tarde desta quarta-feira (8), reunião para análise de projetos de lei em tramitação na Casa. Ao todo, 45 itens estavam previstos na pauta, dos quais 27 foram efetivamente apreciados pelos parlamentares presentes.

Os trabalhos da Comissão foram conduzidos pelo vice-presidente do colegiado, vereador Silvão Leite (União), que presidiu a sessão. A CCJ é responsável por examinar a legalidade, a constitucionalidade e a técnica legislativa das propostas antes que avancem nas demais etapas do processo legislativo.

Penas e plumas

Entre as matérias analisadas, teve andamento o Projeto de Lei 459/2019, de autoria do vereador Celso Giannazi (PSOL). A proposta estabelece a proibição do uso de penas e plumas de origem animal no município de São Paulo. Durante a reunião, os integrantes da comissão também avaliaram a chamada redação do vencido do projeto, etapa que consolida o texto aprovado em primeira votação no plenário, realizada anteriormente.

Com a análise concluída pela CCJ, o projeto está apto a seguir para a segunda e definitiva votação em plenário. A iniciativa tra-



Trabalhos foram conduzidos pelo vice-presidente do colegiado, vereador Silvão Leite (União)

ta da substituição de materiais de origem animal por alternativas sintéticas, com foco na redução de práticas consideradas prejudiciais aos animais.

Datas comemorativas

Outro tema discutido na reunião foi a inclusão de datas comemorativas no calendário oficial da cidade. O Projeto de Lei 1485/2025, apresentado pelas vereadoras Amanda Paschoal (PSOL) e Keit Lima (PSOL), recebeu parecer favorável da comissão. A proposta prevê a

criação da Semana Municipal da Prevenção Combinada das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), HIV/Aids, hepatites virais e tuberculose.

De acordo com o texto apresentado, a semana deverá ocorrer anualmente na primeira semana de dezembro, período que coincide com o Dia Mundial de Luta contra a Aids, celebrado em 1º de dezembro. A iniciativa tem como objetivo ampliar ações de conscientização, prevenção e acesso à informação sobre doenças transmissíveis, além

de incentivar políticas públicas voltadas à saúde integral.

Ainda no âmbito das datas comemorativas, a comissão analisou o Projeto de Lei 34/2026, de autoria da vereadora Renata Falzoni (PSB). A proposta institui o Dia Municipal da Mulher com Deficiência, a ser celebrado em 16 de maio, além da Semana de Luta e Visibilidade da Mulher com Deficiência no município.

Segundo a justificativa apresentada, a criação das datas busca fortalecer a promoção de direitos, ampliar a visibilidade

desse grupo e estimular o desenvolvimento de políticas públicas específicas. A proposta também estabelece relação com iniciativas em discussão no âmbito nacional, alinhando o debate local a pautas mais amplas sobre inclusão e acessibilidade.

Aspectos jurídicos

Ao longo da reunião, os vereadores avaliaram aspectos formais e jurídicos das propostas, etapa necessária para que os projetos possam avançar na tramitação legislativa. A análise da CCJ não trata do mérito das matérias, mas verifica se elas atendem aos requisitos legais exigidos.

Participação de vereadores

Participaram do encontro os vereadores Silvão Leite (União), Dr. Milton Ferreira (Pode), Janaina Paschoal (PP), Lucas Pavanato (PL), Luna Zarattini (PT), Sansão Pereira (Republicanos), Silvia da Bancada Feminista (PSOL) e Thammy Miranda (PSD).

Destinos dos projetos

Com a conclusão das análises da reunião desta quarta-feira (8), os projetos que receberam parecer favorável dos vereadores seguem agora para as próximas fases do processo legislativo, que incluem discussão entre parlamentares e votação em plenário.

Comissão aprova projetos e amplia prazo de alvarás

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo analisou, nesta quarta-feira (8), uma pauta com 20 itens e aprovou o andamento de diferentes propostas legislativas. Entre elas, está o Projeto de Lei que amplia de um para três anos o prazo de renovação do alvará de funcionamento de estabelecimentos na capital. A medida segue em tramitação.

Também recebeu parecer favorável o Projeto que trata de mudanças nas regras da licença-adoção, incluindo a retirada do limite de idade da criança. Parlamentares apontaram a necessidade de ampliar o debate sobre o tema, destacando entraves no processo de adoção.

Outro projeto que avançou foi o que estabelece normas para a comercialização de celulares usados. A proposta prevê a obrigatoriedade de comprovação de origem dos aparelhos, incluindo o registro do



Pauta tinha 20 itens; algumas propostas foram aprovadas

número de série (IMEI). Em caso de irregularidade, a multa é de R\$ 5 mil por unidade, com possibilidade de aumento por reincidência.

Outro Projeto propõe incentivo fiscal para moradores que adotarem animais abandonados, como forma de estimular a adoção e reduzir a

presença de animais nas ruas.

Além dos projetos, foi aprovado um requerimento solicitando informações da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social sobre o aprimoramento da metodologia do censo da população em situação de rua, para mais transparência.

Três presos por golpes contra idosos em SP

A Polícia Civil de SP prendeu três suspeitos de participação em um esquema de fraudes bancárias que tinha idosos como principais alvos na zona norte da capital paulista.

A ação faz parte de uma operação conduzida pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais, que apura crimes financeiros e tenta desarticular a estrutura do grupo. Ao todo, foram expedidos cinco mandados de prisão temporária e sete de busca e apreensão, parte já cumprida.

De acordo com as investigações, a quadrilha operava com apoio de tecnologia para simular centrais telefônicas de instituições financeiras. Com dados pessoais obtidos ilegalmente, os suspeitos entravam em contato com as vítimas e se passavam por funcionários de bancos. Durante a abordagem, orientavam os idosos a encerrar a ligação e fazer uma

nova chamada para o número presente no cartão bancário, criando uma falsa sensação de segurança.

Mesmo após o desligamento, o sistema utilizado mantinha a linha ocupada, fazendo com que a vítima continuasse em contato com integrantes do grupo sem perceber. Em seguida, outro participante assumia a conversa e conseguia informações confidenciais, como senhas.

Na etapa final, um falso entregador era enviado ao endereço para recolher o cartão sob o pretexto de análise. Com os dados e o cartão em mãos, os criminosos realizavam transferências e movimentações financeiras, incluindo operações via Pix.

Além de estelionato e organização criminosa, a polícia investiga a possível ligação dos suspeitos com um caso de tentativa de latrocínio. As apurações seguem para identificar outros envolvidos.